

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FCHS GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL**

MAÍRA PAULINO SOUZA

**O SERVIÇO SOCIAL E O HIP HOP: ONDE SE ENCONTRAM NO
PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE**

Franca/SP

2022

MAÍRA PAULINO SOUZA

**O SERVIÇO SOCIAL E O HIP HOP: ONDE SE ENCONTRAM NO PROCESSO DE
HUMANIZAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para aprovação no curso de Bacharelado em Serviço Social na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Campus de Franca (SP).

Orientadora: Adriana Giaqueto Jacinto

Franca/SP

2022

S729s Souza, Maíra Paulino
O Serviço Social e o Hip Hop: onde se encontram no processo de humanização do negro na sociedade / Maíra Paulino Souza. -- Franca, 2022
54 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Adriana Giaqueto Jacinto

1. Serviço Social. 2. Hip Hop. 3. Educação Popular. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MAÍRA PAULINO SOUZA

**O SERVIÇO SOCIAL E O HIP HOP: ONDE SE ENCONTRAM NO PROCESSO DE
HUMANIZAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____
Nome: Adriana Giaqueto Jacinto
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca

1ª Examinadora: _____
Nome: Rosicler lemos da Silva
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca

2ª Examinadora: _____
Nome: Rosicler lemos da Silva
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca

Franca, 02 de dezembro de 2022

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me fortaleceu, deu forças para concluir o curso e me amparou durante os momentos de luta e fraqueza.

Palavras não podem transmitir minha gratidão a todas/os que fizeram parte da minha vida nesses anos de graduação, pois acredito que independente do tempo que as pessoas permanecem conosco, sempre terão algo a nos ensinar. Entre os anos de 2019 e 2022, gratidão àqueles que vieram e foram, aos que já estavam mas saíram, aqueles chegaram e ainda estão, e especialmente aqueles que já estavam e permaneceram.

Há quem diga que família não se escolhe. Para esses eu digo que sou uma pessoa de sorte por ter a minha do jeito que ela é. Há quem diga ainda, que nós escolhemos sim nossa família. Para esses eu afirmo que não me arrependo de minha escolha, pois a minha família tem é a melhor companhia para essa jornada que é a vida.

À Nana, minha vózinha Nair. Sem dúvidas a parte mais difícil dessa graduação foi ficar longe da senhora, mas apesar da distância estávamos juntas e minha força encontrei na vontade de retornar para seu abraço.

À mulher que é minha inspiração, Débora. Você é meu porto seguro, minha maior torcida, me deu todo apoio para seguir e realizar meu sonho. Mãe, sem você nada seria possível e só tenho a te agradecer e dedicar tudo o que eu conquistar.

À Fernanda e Mariana, amo ser a caçula de vocês. Nesse período da graduação passei a valorizar ainda mais os conselhos e as broncas de vocês, dessa forma compreendi que tê-las como irmãs mais velhas é um privilégio e uma benção.

À equipe dos sonhos, do CRAS Cidade Ademar II, eu só tenho a agradecer. Tive uma experiência única de estágio devido aos excelentes profissionais que conheci durante o período que estive lá. Foi um processo de aprendizagem com toda a equipe e

para além da relação supervisão/estágio, criamos um vínculo de amizade. Sou grata em especial a minha supervisora Ivanira Bezerra, a Mari Ramos, Majô Castro, Yole Brito e Silvana Reis, grandes mulheres com quem tive a felicidade de compartilhar além de conhecimento mas também experiências. Gratidão por terem me apoiado, incentivado e fortalecido em diversos momentos e de diversas maneiras. Com vocês tive asas para sonhar, planejar e realizar meu primeiro projeto chamado “Qual a cor de Cidade Ademar?”, que foi inspiração para este estudo.

À minha orientadora, Adriana Giaqueto, eu só tenho como expressar gratidão por todo carinho, paciência e orientação. Com você, dentre diversas outras coisas, aprendi a importância de ter pessoas que acreditam no meu potencial ao meu redor, todo seu apoio foi fundamental para a conclusão deste ciclo que fico feliz de encerrar.

Às minhas de fé, companheiras de graduação e futuramente de profissão. Que momentos incríveis e quanta história temos para contar, aquelas que só a gente sabe como foi (abafa!), guardo tudo no melhor espaço do meu coração. Nós somos um quarteto e ao mesmo tempo que nos agregamos, nos complementamos com nosso jeitinho especial. O que teria sido essa graduação sem vocês? Os dias passaram a ser mais coloridos depois que eu conheci vocês Gabrielle Marsal, Iolanda Neves e Ana Luísa. Na série que é a vida, vocês são minhas personagens preferidas.

À minha grande amiga que compartilhou momentos dessa experiência e desde o começo esteve comigo, Alexandra Garcia (Ice). Sou grata pela sua amizade desde 2019 quando tudo começou, o nascimento da “gaiola”. Sou feliz demais por ter sua amizade até o final dessa jornada, agora é eu e você nessa próxima fase da vida.

Gratidão é um sentimento de reconhecimento e que chega perto do que guardo de cada uma que foi citada, dedico a elas as minhas conquistas futuras.

Por fim, agradeço também aos que viveram esse período da minha vida comigo, independente de quem e como foi, se tivesse sido diferente não seria como é, e estou feliz assim.

RESUMO

Existe a necessidade de aproximar o Serviço Social, uma profissão de caráter historicamente interventivo nas diversas expressões da questão social, com o movimento político-cultural Hip Hop, que tem o mesmo objetivo de lutar por uma sociedade justa e igualitária para os negros, no contexto de uma sociedade estruturalmente racista. Ambas as atuações são concretizadas, majoritariamente, em territórios periféricos devido à grande concentração de pessoas em situação de desigualdade social, e não por acaso, é uma população de maior parte negra e em sua maioria, do gênero feminino. A partir disso a pesquisa, que é qualitativa e bibliográfica, parte do método histórico metodológico marxista com o objetivo de evidenciar onde a práxis do assistente social encontra a cultura para fortalecer o processo de humanização da pessoa negra com fundamento no método de Paulo Freire e proposta de Educação Popular Negra, que protagoniza a cultura popular negra e todo conhecimento por ela produzido. Desta forma, podemos concluir que essas áreas se complementam acerca do mesmo objetivo de emancipação plena do indivíduo e se encontram no respeito com o saber da população negra e suas formas de renovação.

Palavras-Chave: Serviço Social. Hip Hop. Educação Popular.

ABSTRACT

There is a need to bring together Social Work, a profession with a historically intervening character in the various expressions of the social issue, with the Hip Hop political-cultural movement, which has the same goal of fighting for a fair and equal society for black people, in the context of a structurally racist society. Both actions are concretized, mostly, in peripheral territories due to the large concentration of people in situations of social inequality, and not by chance, it is a population mostly black and mostly female. From this, the research is based on the Marxist historical methodological method with the aim of showing where the praxis of the social worker meets the culture to strengthen the process of humanization of the black person based on Paulo Freire's method and the proposal of Black Popular Education, which highlights the black popular culture and all the knowledge produced by it. In this way, we can conclude that these areas complement each other with the same purpose of full emancipation of the individual and are linked within the respect for the knowledge of the black population and its forms of renewal.

Key Words: Social Work. Hip Hop. Popular Education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	.1
1. SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL	.5
1.1 - Serviço Social	.5
1.2 - A Questão Racial	.10
2. CULTURA, IDENTIDADE E O HIP HOP	.16
2.1 - A Cultura e Identidade	.17
2.2 - O Hip Hop	.21
2.3 - O Rap	.25
3. EDUCAÇÃO POPULAR, O SERVIÇO SOCIAL E O HIP HOP	.30
3.1 - A Educação Popular e a Práxis do Assistente Social	.30
3.2 - O Serviço Social e o Hip Hop	.36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	.39
REFERÊNCIAS	.40

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre o processo de humanização do negro e o papel do Serviço Social enquanto agente comprometido com a eliminação de todas as formas de preconceito, em específico o racismo. Para isso é necessário o conhecimento a respeito da cultura popular negra e suas expressões, partindo de um trabalho na perspectiva da Educação Popular.

Sabe-se que a atuação da/o assistente social é de caráter interventivo, através de instrumentos e métodos multidisciplinares das ciências sociais para analisar, compreender e propor intervenções nas distintas expressões da questão social, como a fome, violência, pauperismo e etc. A práxis profissional é voltada para a ampliação do acesso e defesa de direitos e na consolidação da cidadania, também é exercida nas relações sociais, que são dinâmicas, a cultura e suas expressões, e se mostra enquanto área privilegiada que acompanha esse movimento, se fazendo atual e heterogênea.

São objetivos específicos da pesquisa, portanto, estudar e compreender o Serviço Social e sua historicidade, bem como o conceito de questão racial e social, aprofundar no conceito de identidade cultural para ter em vista a importância do Hip Hop enquanto expressão da cultura negra e como instrumento na construção e fortalecimento da identidade de jovens negros dentro do território periférico e ainda, aproximar o ponto central da Educação Popular, que é o respeito aos modos de vida, a práxis qualificada da/o assistente social, visto que não estão distantes mas pouco interligados.

A pesquisa está fundamentada no materialismo histórico-dialético marxista, pois o ser estabelece as suas relações sociais de acordo com a produtividade material e, portanto, interpretamos a sociedade de maneira articulada com a compreensão do ser, juntamente com a história” (NETTO, 2011 apud MARX, 2009). Também se configura uma pesquisa qualitativa, no conceito da pesquisadora social Minayo (2001), pois trabalha os conceitos, significados, o dinamismo da realidade, que é mais rica do que

qualquer teoria e que não podem ser quantificados, entendendo a relevância dessa dimensão, mas priorizando a interpretação destes neste estudo. Ainda, é uma pesquisa bibliográfica alinhada com a seguinte concepção:

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. (ANDRADE, 2010, p.25).

É de acordo com a visão do pesquisador Bruno César Pereira (2021), que faz referência a Napolitano (2002), e com o autor Diogo Silva Manoel (2014), que trazemos a música como uma fonte privilegiada de conhecimento da realidade, agregamos como parte da pesquisa algumas letras de rap para dialogar com os pontos apresentados nesse estudo, pois as músicas constituem um grande conjunto de documentos históricos para se conhecer não apenas a história da música brasileira, mas a própria História do Brasil, em seus diversos aspectos (NAPOLITANO, 2002, p.110 *apud* PEREIRA, 2021, p. 494).

Em um primeiro momento, foi realizada pesquisa bibliográfica acerca das categorias que apareceram de imediato neste estudo, reconhecendo a importância da apropriação e minimamente do domínio dos temas em busca da produção deste debate qualificado sobre Serviço Social e sua dimensão educativa, a fim de novas contribuições nessa linha de debate. Para isso, buscou-se o seguinte referencial teórico: Renata Gonçalves (2018), Carmelita Yazbek (2009) e Marilda Iamamoto (2005). Autores da área cultural e do Hip Hop também foram referenciados, como o sociólogo Stuart Hall (2003, 2016) e Bruno César Pereira (2021). No campo da Educação Popular são referência além do patrono da educação Paulo Freire (1967, 1987), também Aline Machado (2019) e Natalino Neves da Silva (2020), dentre outros que possam surgir durante o processo.

No primeiro capítulo se faz necessário compreender o Serviço Social e seu contexto histórico como agente mantenedor do *status quo* da sociedade capitalista, passando pelo Movimento de Reconceituação, que foi importante, pois a profissão se aproxima dos interesses da classe trabalhadora numa perspectiva de nova ordem social, justa e igualitária. Neste capítulo ainda, buscou-se apreender os conceitos que implicam as expressões da questão social, que é objeto de intervenção do Serviço Social e a questão racial, sendo esta a construção e perpetuação do racismo estrutural no Brasil e que faz parte do projeto da branquitude de desumanizar a existência da pessoa negra, destruindo sua autoestima e identidade através do apagamento de sua origem e cultura.

No segundo capítulo são elucidados os conceitos de cultura e identidade para que seja possível compreender como o racismo que sustenta o sistema capitalista vem atingindo a população negra, e não desprendido deste ponto, como o movimento Hip Hop tem sido espaço de resistência e lugar de protagonismo do negro em sua própria luta nos territórios periféricos. Em destaque, trazemos o rap enquanto instrumento privilegiado da juventude periférica para potencializar e fortalecer a voz da periferia nos demais espaços da sociedade e da mídia e é importante evidenciar o papel desse gênero musical neste processo, por isso faremos ainda, a análise de algumas músicas que dialogam com o objetivo geral deste estudo.

O terceiro capítulo fala sobre a Educação Popular e a Educação Popular Negra, como traz Natalino Neves da Silva (2020). A relação destes com o Serviço Social está na dimensão educativa da profissão, o método de Paulo Freire e os princípios do Código de Ética Profissional. Desta forma é possível compreender como a atuação do assistente social, bem como o Hip Hop estão em consonância no processo de humanização da pessoa negra, através das metodologias propostas por Freire e Silva.

Este estudo se faz necessário pois está comprometido com a desconstrução dos estigmas sobre a população negra e periférica, de modo a trazer sua cultura como aliada ao Serviço Social no processo de reparação histórica da sociedade com os negros, sendo a cultura necessária para os espaços de resistência e fortalecimento da identidade e consciência racial do indivíduo, e a profissão enquanto agente do Estado

aliada nessa luta antirracista por justiça e igualdade racial, atuando em consonância com os princípios da Educação Popular em sua dimensão educativa, para que somado ao Hip Hop proporcionem condições sociais para o surgimento de identidades negras emancipadas. Esse é o horizonte que a/o assistente social comprometida/o com o Projeto Ético-Político da profissão deve ter em sua práxis na realidade social.

1. O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL

Neste capítulo a ideia central está em contextualizar o surgimento do Serviço Social e seu desenvolvimento no Brasil entendendo o caráter ético-político da profissão, e desenvolver acerca dos compromissos do profissional com a classe trabalhadora, com foco na população negra, e no enfrentamento das expressões da questão social. Em sequência apresentar a questão racial e o racismo como construção social da branquitude, e o projeto de dominação branco-europeia que se inicia no Brasil colônia e persiste até os dias atuais.

A relevância dessa ordem de apresentação está na estratégia de garantir a compreensão do contexto de violência e desigualdade que as/os negras/os desde o início da escravidão estão inseridas/os e submetidas/os, que é construído no decorrer da história pela ciência racista, reforçado pela mídia e pela política e reproduzido nas relações sociais em favor dos interesses dos brancos na existência da hierarquização de raças e posteriormente apreender o compromisso do Serviço Social enquanto profissão, na luta pela igualdade e justiça racial.

Por fim, o capítulo traz a perversidade na estratégia de desumanizar a população negra através da repressão, distorção e criminalização de sua própria identidade e cultura para perpetuação do racismo, um sistema de dominação de raças que foi construído socialmente e ao longo do tempo tem sido fortalecido e reproduzido, sempre de maneira violenta. No entanto, ele pode e deve ser desconstruído e enfrentado, não só pela categoria profissional, mas por toda a sociedade em conjunto numa luta antirracista.

1.1 O Serviço Social

O Serviço Social surgiu na Europa e se consolidou na América Latina durante a década de 1930. No Brasil, Getúlio Vargas assume a presidência com apoio dos militares, é o início de um governo de um ditador que é populista. Vargas é responsável pela abertura do processo de industrialização do país favorecendo a promoção de indústrias e garantindo a elas mão de obra boa e barata. Nesse contexto as expressões da questão social, que traremos a seguir, são agudizadas e a população passa a estar em risco iminente de convulsão social perante as perversas condições de trabalho postas e a falta de assistência do Estado com a classe trabalhadora. Então Vargas concede alguns tipos de benefícios para os amparar minimamente, como as diversas leis trabalhistas que foram consolidadas em 1943.

Getúlio, que era membro da Igreja Católica, propôs as mulheres que serviam a igreja e realizavam obras de caridade e benevolência à população vulnerável financeiramente, que fossem enviadas para a Europa, todas financiadas pelo Estado, e aprendessem nas escolas de teoria social práticas filantrópicas. Ao retornarem, fundaram as Escolas de Ação Social, o que veio a ser o primeiro rascunho da assistência social. Após essa experiência, o Serviço Social passou a ser uma profissão e foi embasado e amparado pelo pensamento doutrinário da Igreja Católica franco-belga e as matrizes do conhecimento social da burguesia, ou seja, uma base essencialmente conservadora nos moldes europeus e com uma perspectiva higienista.

O caráter da profissão era moral, religioso e relacionado aos interesses da classe burguesa dominante, veio a ser um novo formato de manutenção do social para a burguesia. As bases teóricas eram neotomistas, ou seja, com a perspectiva de perfectibilidade humana, e positivistas com a finalidade de “ajustar” o indivíduo para melhoria da própria situação socioeconômica. A prática profissional era assistencialista, caritativa e de psicologização das relações sociais, responsabilizava o sujeito pela situação de pobreza e vulnerabilidade social, e tratava como um problema moral as desigualdades geradas pela estrutura do sistema econômico.

Durante a década de 1960 houve um momento de forte caracterização da expansão do capitalismo econômico no mundo e a categoria profissional assume inquietações, iniciando um processo de reconceituação inspirado no movimento que já acontecia pela América Latina, e direciona seus questionamentos para um movimento de revisão em diversos níveis: operativo, teórico, metodológico e político (YAZBEK, 2009). No Brasil, essa década foi marcada por um golpe militar resultando em uma Ditadura pelos 21 anos seguintes. O objetivo de tamanha organização da categoria durante esse momento de repressão e perseguição da liberdade era romper com essa base conservadora, que já não sustentava mais o posicionamento crítico que estava sendo adotado, e durante a reconceituação teórica o Serviço Social se aproxima da teoria social de Marx, como fez diálogo também com o pensamento acerca do Estado segundo Antônio Gramsci, a problematização do cotidiano de Agnes Heller e a ontologia do ser social fundada no trabalho de Georg Lukács (YAZBEK, 2009).

É na linha do marxismo que o Serviço Social no Brasil segue e adquire uma perspectiva hegemônica acerca da organização da sociedade na dinâmica das relações sociais, participando como reprodutor dessas relações (IAMAMOTO, 2005). Para além de atualizar as bases teóricas, também foi necessário novos meios e instrumentos para profissionalizar e emancipar o Serviço Social da época. A partir daí as/os assistentes sociais organizam ações voltadas para a formação profissional durante a década de 1990, bem como congressos e eventos que trazem qualidade na reconceituação do exercício profissional e a construção do Código de Ética, as Diretrizes Curriculares e a Lei de regulamentação da profissão, que constroem o Projeto Ético Político.

O Serviço Social, portanto, mudou, hoje tem um caráter sócio-político, crítico, dialético e interventivo. A/O profissional atua especialmente nas expressões da questão social e não mais vinculada/o a práticas assistencialistas, trabalha com a perspectiva de emancipação humana e garantia de direitos, posto que sua atuação se dá no contexto do embate capital-trabalho, no sistema capitalista, que visa a acumulação de riquezas. A atuação da/o assistente social tem seus compromissos, princípios e responsabilidade pautados no código de ética, como:

- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. (CFESS, 1993)

Assim, a/o profissional assume um compromisso com a classe trabalhadora, posto que seu objeto de intervenção é constituído das expressões da questão social e o seu enfrentamento - visando uma nova ordem societária igualitária, livre de opressões e a emancipação humana, a partir de uma prática crítica. É importante também compreender que, por ser uma profissão que atua no combate do agravamento do risco social e vulnerabilidade financeira, exige um conhecimento, dentre outros, sobre o território de atuação, pois o estudo do social implica no todo que envolve uma população e seu estilo de vida.

A *questão social* é o embate e tensão entre a exploração e a rebeldia, que é gerada pelas relações de trabalho, condições essas, precárias e exploratórias. Segundo Paulo Netto (2001), a origem dessa expressão se dá na metade do século XIX, quando o capitalismo concorrencial e a Revolução Industrial agravam suas expressões, a desigualdade social, o pauperismo, desemprego e etc, dando origem às revoluções do proletariado para reivindicar seus direitos, então surge o termo “questão social”.

É importante, para o pleno funcionamento do sistema capitalista, que exista um exército de reserva no mercado de trabalho, ou seja, o desemprego estrutural:

O efeito concreto da tendência geral da produção capitalista é gerar uma quantidade excedente de trabalhadores que, apesar do crescimento das forças produtivas, não encontra lugar para vender sua força de trabalho, uma vez que a participação do trabalho vivo cai com a expansão do capital. (LIMA, 2010, p. 91)

Desta maneira, o sistema de produção capitalista para se expandir e consolidar cria condições sociais desiguais entre a classe trabalhadora para que o trabalho por si

tenha mais valor do que a mão de obra e, assim, grande parte da classe trabalhadora estruturalmente permanece à margem da sociedade e em condições subalternas de vida, para perpetuar a ideia do trabalho abstrato e perdendo seu sentido original como atividade vital, exigindo cada vez mais das/os trabalhadoras e em condições intensas de exploração.

Essa exploração perante a classe trabalhadora é intensificada à medida que nos apropriamos desse conceito e relacionamos com o passado escravocrata e patriarcal do Brasil, sendo hoje indissociáveis a discussão da classe, a raça e o gênero dos indivíduos trabalhadores e daqueles que detêm os meios de produção.

Em diálogo com a necessidade do capital de ter uma população para ser massa de reserva do mercado de trabalho, é posto também enquanto estrutura na sociedade o racismo que desde o período colonial é legitimado pelo silêncio do pacto da branquitude. Ambos organizam uma sociedade violenta no tecido social, não de maneira direta mas por meio do viés cultural e institucional, através de afirmações que inferiorizam e diminuem sob um retrógrado ideal de supremacia branca e outras práticas que não justificam as disparidades entre negros e brancos é que se determina privilégios e condições subalternas. Diante disso, compreendemos que é uma reprodução racional totalmente passível de desconstrução, basta estar disposto.

A estruturação de um grupo de pessoas de um determinado grupo racial em posição de exploração e violência é fortalecida por ideologias e mitos como a democracia racial e a miscigenação enquanto evolução para as/os negras/os, sendo estas fortalecidas pelo Estado pois faz parte de um sistema que age em prol da classe burguesa, e como legislador e controlador das forças repressivas e da mídia, é capaz de estruturar o racismo na sociedade ao construir estereótipos e ao naturalizar situações de violência contra a população negra.

O modo de produção monopolista exige intervenção estatal nas relações econômicas de maneira direta ou indireta. Segundo Carvalho e Iamamoto (2005), os dois “braços” do Estado, sendo eles: as instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais e as instituições repressivas, são complementares na tarefa de assegurar

o poder e a ordem estabelecida conforme os interesses dominantes. O racismo também está ligado a questões extraeconômicas, ou seja, suas expressões atravessam mesmo aqueles que ascendem socialmente (BATISTA, MASTRODI, 2018).

1.2 A Questão Racial

Ao concordar com Lightman (2016) quando afirma que a ciência é uma construção humana, coletiva, bem localizada no tempo e no espaço, sendo completamente dependente de influências econômicas, políticas, sociais e culturais, concordamos que ela não pode ser interpretada precipitadamente como *verdadeira*, se nos apoiarmos no sentido grego de razão (que se opõe à opinião) e entendendo que os pontos de vista que constroem essa *verdade* estão do mesmo lado.

O racismo moderno é compreendido por um discurso científico que se estruturou no mundo branco europeu em meados do século XVI durante a Revolução Científica, quando a Física e a Astronomia tiveram funções fundamentais na definição de bases teóricas e epistemológicas, proporcionando um debate sobre o que é conhecimento, compreendido como ciência e conseguinte, quem pode compor, propor e constituir essa ciência. Amparados pela justificativa do racismo científico, que é encontrada na Filosofia através dos direcionamentos teóricos e pedagógicos, é que os europeus fazem a expansão da Europa Ocidental.

Neste contexto de transformações científicas e culturais então, acontece a colonização do “outro” enquanto subalternizado, pois a ciência racista da época lhes deu convicção de que os corpos negros que estavam sendo desapropriados eram inferiores e assim legitimavam tamanha violência.

No imaginário social, histórico e científico dos europeus que chegaram aos “novos mundos” (“velho” e novo” na lógica colonizadora), impulsionados por seus conhecimentos e tecnologias, os negros eram

desprovidos de pensamento, representados como pessoas de um só olho, sem cabeça e com chifres, com características fenotípicas marcantes como a morfologia da cabeça, a cor da pele, a textura de cabelo, a forma do nariz e dos lábios. Por conta dessas características os negros tinham que ser cientificamente inferiores (MUNANGA, 2019 *apud* ROSA, ALVES-BRITO, PINHEIRO, 2020, p. 1444)

O artigo “*Identidade nacional brasileira*” versus “*identidade negra*”: reflexões sobre racismo, branqueamento e construções identitárias de Panta e Pallisser (2017) aponta que a ciência por sua vez foi responsável pela propagação de teorias racistas durante o século XIX e estas foram importantes para a legitimar a escravidão, o genocídio e outras diversas formas de dominação no processo de hierarquização das raças. Após a abolição do sistema de escravatura em 1888, anos depois do fim do Brasil colônia, a preocupação da elite era a formação de uma sociedade brasileira e a proposta de identidade nacional que subsidiou um projeto de nação pressupunha a unificação de histórias sobre as nações, fazendo de maneira violenta a eliminação da diversidade cultural e reforçando a adoção de padrões e comportamentos europeus como cultura unificada (PANTA, PALLISSER, 2017).

A introdução das bases jurídico-políticas para implantar o capitalismo no País esbarrou num processo que vinha ganhando corpo não somente junto à classe dominante, mas se espalhava por todos os poros da sociedade brasileira: a depreciação de ex-escravizados(as). (GONÇALVES, 2018, p. 516)

Nessa linha o texto da autora Renata Gonçalves (2018) segue em torno do discurso dominante e a suposta desqualificação dos negros ao exercer as mesmas atividades laborais que os brancos, justificando, assim, uma série de ideias racistas fortalecidas pela ciência. A teoria pseudocientífica chamada *raciologia* é um exemplo do racismo científico, no início do século XX ela ganhou força ao se propor classificar a humanidade em raças hierarquizadas, tornando-se mais uma forma de doutrinação do que de fato, a explicação da variabilidade humana. Esses conteúdos doutrinários se difundiram no tecido social da população dominante e recuperada pelo nacionalismo que legitimou exterminações como o nazismo. (MUNANGA, 2003).

A perspectiva de identidade nacional brasileira foi embasada em teorias raciais europeias e norte-americanas, e a elite passou a interpretar o negro como atraso e

degradação da nação, motivo de articulação do Estado para uma grotesca política migratória europeia, assim a unificação de culturas e a miscigenação fizeram parte de um projeto de branqueamento da população (PANTA, PALLISSER, 2017).

(...) vão os “superiores” aos países onde existem “povos inferiores”, organizam-lhes a vida conforme as suas tradições – deles superiores; instituem-se em classes dirigentes e obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-las; e se estes o não quiserem, então que os matem e eliminem de qualquer forma, a fim de ficar a terra para os superiores (...). Tal é, em síntese, a teoria das raças inferiores (BONFIM, 1996, p. 270).

A classe burguesa, que se coloca como dominante, portanto, vem adquirindo num contexto histórico diversas estratégias para a inferiorização das raças, utilizando a desconstrução da cultura do povo negro como parte da destruição da autoestima e identidade daqueles a qual essa classe entende naturalmente como subalterna, em outras linhas, a população branca europeia iniciou esse projeto tempos antes da colonização dos povos originários e do continente africano.

O objetivo é a destruição de uma noção identitária, dos diversos tipos de consciência de um indivíduo negro: individual, de classe, coletiva, reivindicatória, dentre outras, para perpetuar o processo de dominação. É um tipo de violência contra o negro, que o desumaniza através de diversos mecanismos para que a invisibilização e subalternização desse grupo social resulte na ascensão do outro.

Esse projeto de nação que visava o clareamento da população foi abandonado em meados do século XX, mas a ideologia do branqueamento foi internalizada pela população (PANTA, PALLISSER, 2017). Com o desenvolvimento da sociedade se fez necessário repaginar as práticas racistas para que elas pudessem acompanhar o dinamismo existente e criar novas estratégias para manter esse projeto de domínio histórico europeu que consiste na criação de um *não-lugar* do corpo e pensamento dos negros, assim, os colocando em posição de subsistência.

Para além de destruir a consciência de identidade racial, o racismo que está estruturado e atuando em conjunto com os interesses do sistema de produção

capitalista vigente operam também na contínua destruição da autoestima dos negros, tornando o processo de identificação com a cultura negra estigmatizado e fragmentado, posto que a miscigenação foi real e os diferentes tons de pele e outras características físicas são variáveis que precisam ser consideradas durante o processo de identificação racial.

Nas palavras de Nascimento e Nascimento, “mais do que a rejeição da cor da pele de um povo, o racismo se constitui na negação da história e da civilização desse povo...” (2000, p. 18). É de interesse da população branca, que são favorecido com essa organização social racista, que pessoas negras assim como as pessoas não-brancas em geral, não se reconheçam enquanto sujeitas/os de direitos e nem políticos, que exista um afastamento e estranhamento de suas próprias histórias e ancestralidade para que continuem em posição de superioridade, prestígio e privilégio em diversos, senão todos, os espaços sociais e políticos.

Existem estratégias a serem repensadas que reforçam essa estrutura, como por exemplo, o desemprego estrutural, é uma expressão da questão social que atinge principalmente os negros, pois como posto anteriormente, devido a cor da pele eram tratados como incapazes e não eram dignos nem de fazer parte do exército de reserva.

A educação bancária vigente na sociedade também é parte fundamental no fortalecimento da estrutura racista que sustenta e mantém as/os negras/os em condições subalternas, pois além de relacionar o educador com os educandos de maneira vertical, como se fossem depósitos acumuladores de fatos históricos e não considera a experiência destes enquanto seres humanos no processo educativo, também não desenvolve pautas voltadas a questões da sociedade enquanto construção, distanciando cada vez mais as pessoas que estão em fase de desenvolvimento educacional de uma consciência crítica sobre as questões étnicas e críticas existentes na sociedade, o que contribui com a manutenção do *status quo*. Há de se criticar ainda, os currículos disciplinares das escolas de nível fundamental e médio que estão repletos de acontecimentos e fatos europeus, norte-americano, reforçando uma histórica estrutura racista e que distorcem os fatos ao serem contados do ponto de vista europeu.

Se pensarmos na gênese da profissão, aquelas/es que eram majoritariamente alvo de caridade eram as pessoas pretas que se encontravam em situação de pobreza e miséria, pois estes foram tratados como um perigo à classe burguesa e, assim, o caminho para atividades laborais foi estreitado e dificultado, e, numa sociedade na qual somente através do dinheiro que se pode ter acesso a condições básicas de vida, aqueles que não o possuem, ficam escanteados. Num país cujo destino era ser branco e capitalista, os(as) trabalhadores(as) negros(as) foram exorcizados(as) da comunidade nacional e viram-se às margens de direitos sociais básicos, nas palavras de Gonçalves (2018, p.517).

De acordo com uma pesquisa sobre o Retrato das desigualdades de gênero e raça realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada durante os anos de 1995 a 2015, a população negra é maioria nos índices de pobreza e vulnerabilidade financeira. Essa situação é explicada pelo racismo estrutural que mantém e naturaliza essa população nessa condição, uma vez que a ideologia do embranquecimento permanece no subconsciente da sociedade e é reforçada nas estruturas institucionais que dificultam a integração dos negros na sociedade, mesmo séculos após a abolição da escravidão.

Esse cenário reproduz uma estrutura onde a população negra é maioria dependente das Políticas Sociais, como a saúde, educação e a assistência social, e ao mesmo tempo o Estado é quem regula essas políticas, ele ainda dificulta o acesso mantendo estrategicamente os negros em maior situação de vulnerabilidade financeira e subsistência, sendo, portanto, a maioria afetada pelas expressões da questão social. O Estado, que nunca teve neutralidade e sempre atendeu aos interesses da burguesia, teve protagonismo na execução desse projeto de desumanização do negro ao criminalizar sua cultura:

O Estado brasileiro, alicerçado pelo ideário da superioridade branca, cuidou de organizar e legitimar o tratamento vil que seria destinado a ex-cativos(as). O Código Penal de 1890 tornou-se um importante instrumento jurídico que transformou em práticas criminais as manifestações da cultura negra (a capoeira, a feitiçaria, o curandeirismo, etc.) e passou a regulamentar e qualificar como delito o ócio, mesmo

aquele que resultava da recusa em contratar força de trabalho por causa de seu defeito de cor. (GONÇALVES, 2018, p. 518)

Renata (2018) traz em seu estudo, ainda, a influência que escritores e intelectuais europeus tiveram para o fortalecimento dessa busca por uma nação pura e aariana, trazendo a questão racial de forma velada, pois muitos reforçaram as teorias que “justificavam” a miscigenação e o embranquecimento populacional, embasando autores brasileiros nessa mesma linha de pensamento, estruturando ainda mais a ciência racista.

Por muito tempo, desde sua gênese como profissão, o Serviço Social teve um papel importante na perpetuação do racismo na sociedade, devido principalmente a sua origem sob o molde europeu católico. Desta maneira, Gonçalves (2018) prossegue indagando o motivo das dúvidas da profissão referentes à questão racial ser o centro da questão social, posto que o racismo beneficiou e impulsionou somente a classe burguesa para a ascensão.

As práticas institucionais naturalizam a discriminação racial que chega naturalizada até o(a) profissional. Num ciclo vicioso, a naturalização dos sérios problemas de conduta naturaliza a miséria, o meio de que provém. Suspeita-se da índole dos(as) trabalhadores(as) negros(as) e não das desigualdades de classes. (GONÇALVES, 2018, p. 520)

Ainda de acordo com Renata, a luta pela justiça racial é indissociável da luta de classes e é preciso que, não somente a categoria profissional como a sociedade como um todo, adotem uma postura antirracista e voltada para a perspectiva de emancipação humana, visando uma nova ordem societária, justa e igualitária. Assim, daremos um passo na direção da reparação histórica com os negros no Brasil e no mundo.

2. CULTURA E IDENTIDADE, O HIP HOP E O RAP

Como já visto, a imposição de uma cultura hegemônica e pautada nos ditames europeus é parte da proposta de um Estado-nação que rejeita a diversidade e suas expressões. Foi posto também o contexto em que as/os negras/os estão inseridos enquanto alvo de diversas expressões de racismo e violência ao longo da história, no entanto, onde há repressão, há também resistência.

Neste capítulo, falaremos dos conceitos de identidade e cultura com base no sociólogo jamaicano Stuart Hall (2003, 2016) e do processo da construção da identidade cultural de um indivíduo para compreender de maneira aprofundada a perversidade que existe na desumanização do negro. Ainda, traremos também, em contrapartida a esse projeto, o Hip Hop, um movimento cultural muito forte, principalmente em regiões periféricas, e importante para o fortalecimento da autoestima da juventude negra. É referência nesta pesquisa também o pesquisador Bruno César Pereira (2021) no campo do movimento cultural.

É um movimento para que a juventude negra venha exercer sua negritude e fortalecê-la, além de ter um viés político, também está alinhado com os princípios do Código de Ética da profissão Serviço Social e fortalece a discussão de defesa dos direitos dos negros e a busca pela justiça e igualdade racial e social.

Traremos o rap enquanto um dos elementos que sustentam e representam o Hip Hop, trazendo em evidência algumas letras desde os anos 1990 até a atualidade que retratam a resistência sobre as violências cotidianas que os negros são submetidos devido ao racismo e, por conseguinte a denúncia dessas situações por parte da periferia, e o fortalecimento da autoestima e negritude através da exaltação da beleza, do corpo e inteligência.

É importante apreender o significado de identidade cultural e como se constrói para a compreensão de sua relevância na vida do indivíduo e na história da sociedade,

a fim de relacioná-la com o lugar que os movimentos culturais ocupam nesse processo de produção de uma cultura. É interessante também, que ao final deste capítulo possamos enxergar o Hip Hop como espaço de fortalecimento de movimentos sociais, da negritude e de resistência pela população negra ao longo de sua existência.

2.1 A Cultura e Identidade

Desde que o ser humano passou a se questionar sobre sua própria existência, essência, predileções e valores, viu-se a necessidade de as ciências sociais estudarem o que veio a ser chamado de identidade. Estudiosos buscaram, então, uma resposta que levasse em consideração todo o contexto histórico e social que um indivíduo está inserido. Para a compreensão dos conceitos de cultura e identidade, esta pesquisa se firma nos estudos do sociólogo Stuart Hall (2016).

Stuart Hall (2016) traz que sociólogos estudaram o conceito de identidade a partir do sujeito em três momentos da história: o primeiro foi o indivíduo do iluminismo que durou do século XVII até o início do século XX, momento cuja percepção de identidade era de imutável, como se fosse parte fixa e inata do ser e que se desenvolvia à medida de seu crescimento e amadurecimento pessoal.

A segunda compreensão do sujeito se deu a partir de 1920, o indivíduo sociológico, com a afirmação de outros estudiosos da época sobre a identidade ser formada na relação do sujeito com o ambiente e nas relações sociais. Era ainda compreendida como um cerne interior, mas que poderia ser moldada através do processo de internalizar os símbolos e valores representados na sociedade desde o período da infância do ser.

O sujeito pós-moderno é aquele que nos interessa, pois essa visão compreende a identidade como algo definido historicamente, que não é fixo e nem biológico, e é

formado e reformado continuamente de acordo com os moldes requeridos ou representados na sociedade. É a partir do final do século XX, período de mudanças contínuas e amplas, que são consequência e expressões de um mundo globalizado que contribuíram para o surgimento de identidades politizadas. Em outras linhas, o autor compreende que somos atravessados todos os dias pela modernidade e seus fenômenos sociais, com isso, as relações e estruturas sociais obedecem a uma série de linguagens que compõem uma organização de poder. As identidades, portanto,

[...] não são nunca unificadas: que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (Hall, 2004, p.108 *apud* MOREIRA, 2018, p. 4).

O conceito de identidade, de maneira geral, pode ser entendido como a compreensão das predileções do indivíduo e seu pertencimento a determinado espaço ou local (JUNIOR, PERUCELLI, 2019, p. 112). A cultura, desta maneira, corrobora com a construção da identidade de um indivíduo, pois é compreendida como

[...] os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições e práticas vividas através das quais esses entendimentos são expressos e nos quais estão incorporados. (HALL, 2003, p. 142).

O sociólogo compreende o “real” como uma “construção social” influenciada principalmente pela mídia, ele defende que somos seres *entremagens* e também, *entretextos* devido a influência que estes possuem sobre nossa percepção de mundo, principalmente na modernidade. Ora, se somos então seres que interpretam o mundo e nossa existência nele de acordo com os significados que nos são atribuídos a partir das relações sociais, ou seja, transmitidas histórica e socialmente, não há, portanto, uma cultura unificada posto que todas são atravessadas por divisões e diferenças internas.

Contudo, Hall (2003), salienta que nenhuma definição única e não problemática de cultura encontrou-se, ressaltando que o conceito de cultura ainda continua complexo, expressando-se como um local de interesses convergentes (HALL, 2003 *apud* JUNIOR, PERUCELLI, 2019, p. 114).

Compreendendo cultura como “significados compartilhados”, sua representação para o indivíduo e para a sociedade se dá através das linguagens e seus símbolos, veículos que carregam sentidos, e signos, conceitos e ideias que o outro lê e decifra. Ou seja, as imagens que nos cercam constantemente, de modo geral, nos ajudam a compreender o mundo, elas têm sua relevância na sociedade à medida em que nos entendemos parte de um grupo cuja visão e interpretação destas são similares. Assim, é necessário para o processo de construção da nossa identidade desenvolver o sentimento de pertencimento cultural.

Dentro dos estudos sobre cultura o termo representação, de maneira resumida, quer dizer a utilização das linguagens para expressar algo sobre o mundo a outras pessoas, é como membros de uma cultura produzem e compartilham seus significados. Pertencer a uma cultura, neste sentido, é compartilhar conceitos e interpretações do mundo de maneira relativamente parecida, e a partir disso, criar um mundo social. Além disso, faz parte deste processo a capacidade de representar sentidos e conceitos a partir de uma mesma linguagem, ou seja, a tradução dos conceitos através de palavras, imagens, sons, expressões corporais e faciais, gestos, enfim, tudo o que carrega e expressa significado e sentido está sob essa perspectiva (HALL, 2013)

A compreensão das coisas do mundo real não está de fato no objeto e sim no sentido que lhes é atribuído firmemente ao longo da história, e que parece cada vez mais natural, sendo assim o funcionamento do *sistema de representação*. Ou seja, os conceitos e significados que conhecemos sobre tudo é construído historicamente, sendo passível de ser ressignificado à medida em que todos concordem e adotem essa mesma maneira de reinterpretar algo novamente.

À vista disso, a identidade cultural de um indivíduo é uma construção, sendo influenciada, moldada e transformada a partir das relações sociais, ou seja, as

linguagens, seus significados e os comportamentos são reproduzidos socialmente. Importante ressaltar que a cultura não se limita apenas aos bons costumes e comportamentos sociais, na sociedade atual podemos destacar diversas atitudes e condutas preconceituosas presentes no próprio dialeto e expressões linguísticas, representações pejorativas de grupos sociais, dentre outros exemplos, reforçados e reproduzidos por grupos que detêm grande poder de autoridade através da mídia e espaços de influência.

Posto isso e em diálogo com o que foi apresentado como projeto de dominação europeia no capítulo anterior, é possível compreender que a proposta de uma hegemonia cultural é uma forma de opressão, pois para além de estar em uma posição de poder, realizar essa unificação demanda erradicar a diversidade de maneira geral.

A supremacia branca defende essa proposta de hegemonia cultural - que, para além de forçar uma mesma interpretação sobre as linguagens, também reprime todas e quaisquer expressões culturais diferentes da que por ela é reconhecida. Durante o período colonial, era estratégia dos europeus colonizadores sequestrar as/os negras/os do continente africano de diversas regiões e mesclá-los com o objetivo de impedir toda e qualquer forma de comunicação a fim de desestruturar a organização social. Colocar pessoas que compreendem os símbolos e suas representações de formas diferentes em um mesmo espaço implica na submissão destas e configura essa prática uma maneira violenta de dominação.

Por fim, o sociólogo Hall (2016) traz em seus estudos uma reflexão sobre a influência da mídia de massa como protagonista no processo de ampla repercussão de linguagens, imagens e textos que criam e reforçam estereótipos, como os padrões de beleza e comportamento, sendo consequentemente um agente principal na construção de identidades culturais, mas com base nos interesses dos grupos da elite econômica, que é quem está por trás dessa influência

2.2 O Hip Hop

O Brasil possui a segunda maior população negra (IBGE, 2002), em termos numéricos, devido ao grande volume de pessoas que foram sequestradas e escravizadas durante o período colonial. Mesmo após a abolição do sistema de escravidão a população negra ainda sofre com a ferida aberta que é o racismo, e aqui cabe um destaque para a importância da cultura negra que é base da história e da população brasileira. Ao fazer o resgate histórico do país, é conclusivo que sua construção foi sob diferentes culturas, religiões, influências e opressões, sendo essa diversidade a cultura brasileira, pois dentro de um mesmo território nacional existem diversas manifestações culturais e de todas as formas, como a culinária, a dança, os esportes e etc. Todas estas culturas estão interligadas e não podem ser compreendidas de maneira isolada.

Devido à construção histórica da sociedade brasileira e a nossa dimensão territorial, também não se fala de cultura negra como única e homogênea, considera-se os fatores regionais, históricos, sociais e políticos dentre outros para compor as diversidades desta cultura. No entanto, ao utilizar o termo *cultura negra* neste estudo, compreende-se que essas características compõem de maneira qualificada uma cultura que seu eixo fundante e principal é a valorização da produção cultural de pessoas negras.

A cultura negra foi e é muito importante para o Brasil de diversos modos, hoje temos o samba - gênero musical que teve origem com o chorinho, o primeiro gênero musical reconhecido como do Brasil. Existem também algumas religiões de matriz africana como a umbanda e o candomblé e no esporte há a Capoeira; para a arte e todos os seus ramos etc.

O Hip Hop compreende-se enquanto um movimento político-cultural que tem suas origens nas ruas e por isso é audaciosa e criativa, ela mostra o discurso

carregado de denúncia e sentimentos dos jovens periféricos (ARRUDA, 2020). Se faz necessário justificar a escolha deste enquanto movimento cultural para este estudo, pois:

[...] o movimento hip hop tem um lócus simultaneamente local e global, pois, embora mantenha uma base comum em suas expressões culturais, agrega elementos das culturas locais, e essas são apropriadas de modos distintos por diferentes segmentos sociais, denominados [...] “circularidade cultural” (BARRETO 2004 *apud* MENEZES, COSTA E FERREIRA, 2010, p. 89).

Tal condição torna esse movimento particularmente atrativo ao segmento juvenil negro, que pode apropriar-se em suas diferentes versões: como vocalizador das mais diversas demandas, como expressão cultural, instrumento de politização, enquanto mediador entre culturas, dentre outras. O termo “juventude periférica” contempla aqueles que estão vinculados às periferias das cidades de maneira direta ou através de vivências no processo de invisibilidade social fruto de condições desiguais. Para essa juventude, a arte é um modo de vida, construtora de identidades e uma forma de enfrentamento da desigualdade social.

O movimento surgiu num contexto de violências, criminalização e disputa de territórios nas periferias do Bronx e Brooklyn, nos Estados Unidos, durante a década de 1970, por influência de um DJ jamaicano. Era um período de lutas pelos direitos civis e políticos por parte dos negros. Dentro desse contexto emergiram manifestações e protestos contra toda essa desigualdade a partir de expressões artísticas, o grafite, o *break dance*, os DJs e MCs constituem os elementos fundamentais dessa cultura.

Logo esse movimento se espalha pelo mundo através da mídia de massa, principalmente. No Brasil, é somente na década de 1980 que o Hip Hop ganha repercussão, é na região central da cidade de São Paulo, Estação São Bento, onde jovens periféricos passaram a se reunir para consumir e reproduzir essa cultura. Dessa maneira alcançou as favelas e os bairros que ficaram às margens da cidade durante o processo de industrialização e urbanização. Grandes nomes surgiram dessa cena, como Racionais Mcs, DJ Hum e Thaíde, dentre outros, pois a vertente cultural, política

e educacional do Hip Hop formou comunidades em diversas periferias, guetos e favelas do país.

Segundo a pesquisadora Moassab, o movimento tem como objetivo colocar “[...] em funcionamento uma produção coletiva interessada menos na aferição de lucros e mais no bem comum por meio da construção de outro imaginário para a periferia e para a população pobre e negra deste país” (MOASSAB, 2011, p. 25 *apud* PEREIRA, 2021, p.489). Ou seja, busca valorizar toda produção cultural resultante desse movimento determinado a traçar um outro panorama social para aqueles que ali residem, através da arte abrir caminhos e possibilidades para os negros periféricos.

Enfocamos neste momento o Hip Hop enquanto movimento social e cultural ligado diretamente às periferias, pois os temas sociais abordados em suas expressões não são considerados relevantes para a classe média branca - que não está inserida na mesma condição social de desigualdade -, como a violência policial, racismo estrutural, desemprego e etc. Em linhas gerais, o movimento prega a valorização da identidade negra e sua cultura, nesse sentido, aqueles que fazem parte deste movimento se intitulam como “porta-vozes das demandas dos jovens periféricos” (SOUSA, 2009, p. 01) através da sua arte.

O negro e sua cultura sempre foram estigmatizados, marginalizados e criminalizados perante a cultura opressora que construiu o país, e, portanto, o Hip Hop pode ser considerado como uma contracultura, pois a mesma medida que fortalece a identidade negra, é resistência para os oprimidos socialmente. É nessa mesma perspectiva que militantes acreditam que o Hip Hop é uma continuação evolutiva do Movimento Negro no Brasil. O antropólogo João Batista Félix traz em sua pesquisa de mestrado dos anos 2000 que aqueles que acreditavam conhecer o Movimento Negro, citavam como referência a entidades negras grupos ligados ao Hip Hop, concluindo que:

[...] as informações que [o público dos bailes pesquisados] obtém sobre as lutas contra as discriminações existentes contra o negro [...] vêm com a atuação dos rappers. Assim, ao confundir e descrever o rap como Movimento Negro (MN), estas pessoas não estão demonstrando falta de

informação sobre o que seria esta forma de organização social, mas sim nos revelando uma nova expressão dela (FELIX, 2006, p. 20 *apud* BASTOS, 2008, p. 69).

A expansão global do Hip Hop contribuiu para a valorização de suas próprias referências, ou seja, trouxe para jovens negros e periféricos oportunidades através da arte como o orgulho pela sua própria história, possibilitando o enfrentamento da opressão. Essa tomada de consciência aproximou o Hip Hop dos movimentos sociais já existentes e imersos nas lutas da população negra, ampliando ainda mais sua ideologia pelo país, por volta da década de 1990.

O Hip Hop pode ser compreendido como movimento social negro devido a suas matrizes africanas, suas temáticas e lutas raciais, seu papel como referencial identitário e na elevação da autoestima de jovens negros e negras da periferia. Contudo, o Hip Hop possui suas especificidades como organização política, cultural e artística, na formação de lideranças e nas formas de lidar com as matrizes sociais, culturais, raciais, com as histórias regionais (BASTOS, 2008, p. 70).

Como dito anteriormente, o movimento é uma contracultura, atua diretamente no embate contra o sistema de opressão e exclusão que opera naturalizando a população negra em situação de não lugar na sociedade. Aqueles, portanto, jovens conscientes e integrantes do movimento lutam para reforçar o seu pertencimento na sociedade através do não-pertencimento, que se materializa nas roupas características, vocabulário próprio e outras firmes imposições de sua presença que vão contra o modelo hegemônico vigente. Pertencer significa compactuar com o processo que historicamente os exclui (COSTA, FRANCISCHETTO, 2019).

Num panorama de preconceitos sociais, racistas, sexistas, dentre outras opressões, é que essa juventude busca emergir com o objetivo de alcançar o reconhecimento público de sua identidade em uma nova imagem positiva, através da construção e fortalecimento de sua própria cultura e na perspectiva de alcançar a autoestima que foi rasgada pela alienação racial proposta por movimentos brancos e elitistas.

A opressão contra os negros é cada vez mais violenta e naturalizada a partir da reprodução do sistema econômico capitalista, mas limitar a história negra-brasileira somente a essas barbáries invisibiliza as lutas, conquistas, contribuições e experiências dessa população, reforçando sua identidade como sujeito passivo em sua própria existência. É a partir da tomada de consciência dessas culturas de resistência que se constroem as identidades culturais enquanto processos e jamais produtos acabados (MUNANGA, 2003).

Como já visto, essa cultura ganhou espaço majoritariamente entre a juventude negra e periférica, pois os complementava como parte de suas identidades. Nessa linha, o Hip Hop tem caráter político de denúncia e enfrentamento de injustiças sociais para com o povo negro através de expressões artísticas, compreende-se a música enquanto grande potência como reprodutora de linguagens foi e é um essencial instrumento de comunicação que veio de dentro da periferia com direção para o mundo. É, portanto, nas músicas de *Rap* que os jovens se encontram, enxergando nela uma oportunidade de expressar seus sentimentos dentro daquela realidade social, permeada por violência policial, tráfico de drogas, fome e miséria.

2.3 O Rap

O Hip Hop, que tem também como objetivo o fortalecimento da negritude, pois seus elementos em sua totalidade são instrumentos importantes para a história negra, utiliza do rap como instrumento principal, pois sempre houveram conteúdos referentes à busca pela ascensão do negro nos espaços, na perspectiva de emancipação humana e resgate de sua narrativa em sua própria história. Suas músicas podem ser compreendidas enquanto táticas, frente às estratégias de estigmatização e marginalização da população periférica (CERTEAU, 2014 *apud* PEREIRA, 2021, p.491). É de acordo com o autor Manoel (2014) que faremos a análise de algumas músicas de rap como parte significativa da pesquisa:

Não há dúvida de que as canções são vestígios importantes e pouco utilizados pelos historiadores na tentativa de produzir um discurso histórico que tenha como fonte primária um bem cultural de fácil poder de apropriação e disseminação, composto por elementos que traduzem e ilustram a 'realidade' de um período. As informações presentes nas canções ajudam a ilustrar os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e eventos do cotidiano de determinado país. Grosso modo, podemos dizer que a canção é uma interlocutora de acontecimentos culturais e sociais no mundo contemporâneo (MANOEL, 2014, p.4).

Em consonância novamente com Pereira, que dialoga com a pesquisadora Moassab, o rap enquanto parte do movimento, possui papel fundamental no processo de construção e fortalecimento da identidade do negro periférico, pois:

[...] a história contada e cantada pelo hip-hop apresenta dois vetores fundamentais: aquele que congrega e dá identidade ao próprio grupo (periféricos) e aquele que expõe para a sociedade, através de seu próprio ponto de vista, a imagem de si e dos outros problemas do mundo. Estes dois conjuntos temáticos (a identidade coletiva para a própria comunidade e a imagem de si para o mundo e sobre o mundo) podem ser identificados nos diversos temas abordados nas letras, agrupados aqui da seguinte maneira: (a) construção da identidade, (b) violência policial, (c) narrativas do cotidiano, (d) assuntos de interesse geral (globalização, capitalismo, neoliberalismo) e (e) questão de gênero (MOASSAB, 2011, p. 186 *apud* PEREIRA, 2021, p. 490-491).

Iniciaremos com a contextualização do rap enquanto gênero musical e a análise de algumas letras de músicas para evidenciar seu conteúdo político-social. Desta forma e de acordo com Napolitano (2020), é preciso fazer a análise também do contexto da criação, assim, traremos também, uma sucinta introdução sobre cada artista escolhido, para maior compreensão da importância dessa construção identitária que o rap se dispõe a fazer.

Em síntese, a palavra *rap* é abreviação do inglês *rhythm and poetry* traduzida como ritmo e poesia e é um gênero musical fruto de dois dos elementos que compõem o movimento Hip Hop. O MC e o DJ, geralmente, são uma dupla e enquanto um canta, o outro faz a mixagem e efeitos sonoros da música. A sigla MC vem de *Master of Ceremony* (mestre de cerimônia) e o DJ é abreviação para *Disc Jockey*. Na década de 1980 os jovens negros de regiões periféricas dos Estados Unidos iniciaram essa cultura

de mixagem de discos, isto é, criar arranjos específicos, os *samples*, sob uma batida já feita, a partir de discos de *funk music*. James Brown foi um dos grandes nomes que tiveram suas músicas *sampleadas* dando base para diversos MCs.

Foi através das músicas e videoclipes de rap estadunidense, em sua maioria, que eram reproduzidos pelos canais de mídia durante o final da década de 1980 que esse gênero ganhou visibilidade no Brasil. O grupo *Public Enemy* é um dos diversos grupos de rap que difundiram o gênero e milhares de jovens negros periféricos por toda extensão do Brasil se identificaram com as letras de forte conotação política, logo em seguida surgiram diversos artistas e grupos que traziam em suas letras e composições as violências e negligências por eles vividas, que partem do Estado. O rap, dessa maneira, ganhou espaço dentro das periferias e favelas a partir de uma realidade em comum dentre os jovens.

O grupo Racionais MCs é um dos exemplos de diversos artistas que emergiram nesse cenário durante a década de 1990 e inspiraram diversos outros ao longo de sua trajetória. Formado por Mano Brown, Ice Blue, Edi Rock e KL Jay, o grupo popularizou principalmente por causa do conteúdo de suas letras que relatavam diversas situações da desigualdade brasileira. Como exemplo, analisaremos a música *Homem na Estrada*, do álbum *Raio-X do Brasil* lançado em 1993, que é um retrato do cotidiano periférico neste mesmo período de surgimento do grupo, no distrito do Capão Redondo, localizado no extremo sul da cidade de São Paulo.

Equilibrado num barranco incômodo, mal acabado e sujo / Porém, seu único lar, seu bem e seu refúgio / Um cheiro horrível de esgoto no quintal / Por cima ou por baixo, se chover será fatal / Um pedaço do inferno, aqui é onde eu estou / Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou / Numerou os barracos, fez uma pá de perguntas / Logo depois esqueceram, filho da puta (HOMEM NA ESTRADA, 1993)

Esse trecho retrata a falta de planejamento urbano e o descaso do Estado com as regiões periféricas, a ponto de um “barraco” ser a única possibilidade de refúgio, também descreve as condições de risco que ameaçam a segurança e por conta da chuva, principalmente. O trecho também é marcado por denunciar a invisibilidade social por parte do Instituto Brasil de Geografia e Estatística, que é responsável por

informações geográficas e ambientais do Brasil. Desta forma, o grupo deixa explícito que, apesar de recolherem informações sobre o território, nada foi feito e esqueceram da população pobre e periférica.

Durante os anos 1990 no Brasil, muitas das músicas de rap tinham uma temática em comum, a violência e o crime como parte do cotidiano periférico devido às expressões da questão social em evidência, como a fome e o desemprego. Desta forma, a música ainda segue com um desejo de Mano Brown para que seu filho tenha uma vida com condições mais justas e longe da armadilha social que a pobreza, desemprego e um histórico criminal geram.

Quero que meu filho nem se lembre daqui / Tenha uma vida segura /
Não quero que ele cresça / Com um oitão na cintura e uma PT na
cabeça / E o resto da madrugada sem dormir / Ele pensa o que fazer
para sair / Dessa situação, desempregado então / Com má reputação,
viveu na detenção, ninguém confia não / E a vida desse homem para
sempre foi danificada (HOMEM NA ESTRADA, 1993)

Em meados dos anos 2010 a valorização da cultura e da beleza negra ganhou espaço nas líricas de diversas letras de rap. Em meados de 2015 surge o grupo de rap Rimas e Melodias, formado por Drika Barbosa, Alt Niss, Tássia Reis, Karol de Souza, Stefanie, Tatiana Bispo e a DJ Mayra Maldjian. Essas sete mulheres negras de diversas regiões do Brasil vêm fortalecendo a presença feminina negra no Hip Hop e desconstruindo padrões e moldes da sociedade patriarcal, racista e preconceituosa que estamos inseridos. Na música Coroação, Stefania canta em um trecho:

*Querem te vender uma imagem européia que não condiz com a tua /
Pretinha não abraça que não estamos na TV e sim na rua / Porque lá
somos a cota, só nos chamam quando eles querem / Botam meia dúzia
pra não ficar chato mas sabemos o que preferem / Termos pejorativos
nos referem, que a nossa beleza é exótica / Eu não sou mula nem anta,
examine sua ótica (COROAÇÃO, 2017)*

A letra fala sobre o padrão de beleza que é imposto e reforçado pela mídia para as mulheres negras por toda sua vida. Ela reforça seu posicionamento e identidade ao não aceitar termos racistas para defini-la, essa é a mensagem que elas todas trazem

no decorrer da música, e ainda trazemos em evidência o refrão que é como um grito de guerra:

É sobre lutar, sobre nos amar / É sobre viver e sobreviver / É sobre lutar, sobre conquistar / É sobre fazer valer / Toda força, mulher preta / Toda garra, mulher preta / Quanta força, mulher preta / Somos glória, mulher preta (COROAÇÃO, 2017)

Na atualidade o rapper preto e mineiro Gustavo Pereira Marques, o Djonga, é uma das maiores vozes na cena do rap devido a suas letras que tem um posicionamento antirracista e fortalecem a autoestima e identidade da juventude negra, ao longo de seu repertório, a temática sobre a questão racial é a que se sobressai. Faremos a análise de um trecho da música NÓS, que está presente no álbum NU, o 5º de sua carreira.

Não é que não querem ver a gente com dinheiro / Pra esses merda', essa porra é uma questão de vida / Ver meu povo com dinheiro é mole, pô / O que não querem é ver a gente de cabeça erguida / Quem anda olhando pro chão tem visão limitada / E nunca vai ter uma empresa LTDA / Eu já não vejo meu sapato há muito tempo / Meu pai ensinou só olhar pra onde eu quero estar (NÓS, 2021)

Essa música faz diversas críticas sobre a sociedade racista e nesse trecho, Djonga fala que o racismo não é só uma questão de dinheiro, mas principalmente sobre acabar com a autoestima do negro, desumanizá-lo para que não ande *de cabeça erguida* e tenha sua visão limitada, o afastando da possibilidade de ascensão. Este é ponto que tem sido central neste estudo, a estratégia de dominar um povo através de sua cultura, ferindo sua noção de identidade.

Por fim, o rap nacional é um grande aliado na luta antirracista e no fortalecimento da negritude, através da arte diversos jovens negros periféricos encontraram espaço de resistência e força para seguir na luta diária, que é sobreviver numa sociedade tão violenta e racista.

3. A EDUCAÇÃO POPULAR, A PRÁXIS DO SERVIÇO SOCIAL E O HIP HOP

Após a reflexão sobre o conceito de identidade cultural e do Hip Hop enquanto movimento cultural e político, é necessário compreender os princípios da Educação Popular, tendo em vista que faz parte da dimensão educativa do Serviço Social e é o ponto de partida de uma práxis na perspectiva da busca pela emancipação do oprimido que defende e valoriza a história de vida do outro.

A reflexão inicia com uma introdução sobre a Educação Popular e sua importância, de acordo com o patrono da educação Paulo Freire (1967, 1987) em diálogo com o professor Natalino N. da Silva (2020), que faz um estudo sobre Educação Popular Negra e evidencia dois eixos estruturantes do processo de humanização do negro na sociedade e que partindo de sua cultura como é proposto por Paulo Freire.

O capítulo se desenvolve a partir desses eixos, sendo o primeiro sobre a construção da autoimagem identitária do negro e o segundo sobre a consciência racial crítica necessária para o resgate da identidade do negro, que condiz com a superação da alienação racial. Desta forma, aproximamos o Hip Hop e suas expressões do Serviço Social e a práxis, que não é analisada individualmente, evidenciando onde se encontram e podem se fortalecer nesse processo.

3.1 A Educação Popular e a práxis do assistente social

Educação popular é a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais [...] critica também a natureza autoritária e exploradora do capitalismo. (FREIRE, 2007, p. 103-105 apud MACHADO, 2019, p. 72)

O contexto histórico-social que a Educação Popular está inserida no Brasil é de transição do capitalismo competitivo para o monopolista. Durante os anos 1930 - 1964, período Nacional Desenvolvimentista, sobretudo no governo de Juscelino Kubitschek, surgia um debate sobre identidade cultural e a busca pela democratização da cultura que permitiu a emergência de um movimento popular, o qual possibilitou a inserção da educação e cultura popular nos espaços universitários. No período pré-golpe militar (1956 - 1964) esse movimento estava voltado para o exercício da cidadania, alinhado contra o imperialismo (MACHADO, 2012).

A necessidade de um outro formato de educar se fez no dinamismo da sociedade, que não podia aceitar posturas passivas frente às existentes e psicológicas diferenças de classes postas àqueles de consciência ingênua. Precisava-se de uma metodologia que fosse teoria (FREIRE, 1967) e popular, pois seria construído nas postulações dos setores sociais de maioria da sociedade, de acordo com Melo Neto (2004).

A Educação Popular, para além dos saberes científicos, reconhece o saber do povo e suas formas de renovação através da cultura e experiências de vida da população, que existe na comunidade, passado de geração. Uma concepção de educação realizada por meio de processos contínuos e permanentes a fim de transformar a realidade, tendo como princípio o protagonismo dos sujeitos e suas organizações populares, que fortalece uma estrutura mental para ser capaz de resistir ao peso do ceticismo e de fazer frente ao pânico quando soe a hora do desaparecimento de muitos dos nossos hábitos mentais (FREIRE, 1967, p. 89), ou seja, que contribui com o desenvolvimento da capacidade crítica das classes populares e da democracia, que se desenvolve à medida que temos a convicção de nossa participação nas mudanças da sociedade.

Em sua obra *Pedagogia do oprimido*, Freire (1987) explica que oprimidos são os negros e as populações indígenas escravizados, estes que foram desumanizados pelo processo de opressão e, portanto, uma população digna de reparação social pelos anos de sofrimento e pelo projeto vigente e constante de reprodução de violências. Desta forma, educar o oprimido para que ele seja capaz de alcançar sua emancipação sem se tornar o opressor.

A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como a distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. (FREIRE, 1987, p. 20)

É na perspectiva de descolonizar o pensamento que quem '31educa deve estar disposto a se educar, em direção a uma educação que amplie a diversificação das fontes de saberes (SCHEFFER, CLOSS, ZACARIAS, 2021). Freire propõe uma pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. Tal compromisso exige uma práxis antirracista, que tem como objetivo a liberdade através desse processo de trocas de conhecimentos e a superação das desigualdades raciais, sexuais, de gênero e de classe, que são estruturais da sociedade capitalista.

O professor Natalino N. da Silva (2020) dialoga sobre a Educação Popular Negra que visa esse mesmo panorama de descolonização do pensamento a partir de dois eixos, a busca pela construção de uma consciência racial crítica e a superação da condição de alienação racial. Também defende o ensino obrigatório da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas instituições públicas e privadas sob os pressupostos da Lei nº10.639/03 (BRASIL, 2003).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER) estabelecem os propósitos do Parecer nº 03/2004 e da Resolução nº01/2004 emitidos pelo Conselho Nacional de Educação que (SILVA, 2020):

Reconhecer implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isso requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicitadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira (BRASIL, 2015, p.135).

Desta forma, a Educação Popular Negra evidencia uma interpretação social que centraliza as lutas populares negras, pois compreende que a história do povo negro é mais do que o sofrimento e submissão que ganha protagonismo na história contada nos ditames europeus.

Cabe ressaltar que as lutas populares negras extrapolam a defesa de uma política identitária. É preciso considerar que a luta antirracista realizada, sobretudo, por sujeitos políticos negros (as), além de ter em vista o combate às desigualdades de gênero, sociais, econômicas, culturais, políticas, subjetivas, educacionais, entre outras, constitui-se ainda enquanto uma matriz de conhecimento (SILVA, 2020, p. 4).

E ainda nas palavras de Natalino (2020, p. 5), a dinâmica dos movimentos sociais integra a Educação Popular, mas nos termos da Educação Popular Negra eles são parte integrante do processo de construção da luta antirracista e pelo direito pleno à cidadania da população negra.

O Serviço Social no contexto da ditadura militar se aproxima da Educação Popular, que período foi considerada subversiva, e se refugia em ONGs articuladas com os movimentos sociais, momento de percepção dos assistentes sociais da necessidade do rompimento com as amarras imperialistas do capitalismo que permeavam a atuação profissional, a aproximação do Serviço Social com as ideias de Paulo Freire na América Latina se dá entre as décadas de 1960 e 1980, durante o Movimento de Reconceituação da profissão (NETTO, 2002, ABREU, 2002 e FALEIROS, 2005 *apud* MACHADO, 2019, p. 124).

Freire fica conhecido por seu método que visa defender a aprendizagem simultaneamente ao processo de ensino e permite uma prática voltada para o diálogo horizontal que impulsiona os processos de conscientização, organização, participação e mobilização, respeitando o saber de experiência, a autonomia e a diversidade cultural, direcionadas para a conscientização de classe.

O método de educação popular de Paulo Freire é contínuo e permanente, que apreende através de elementos objetivos, ou seja, do que nasce a partir das experiências do coletivo enquanto grupo social ou classe trabalhadora, e dos elementos subjetivos que é a interpretação da realidade desta classe trabalhadora ou grupo social e que a partir dessas vivências, constrói-se o que Paulo Freire chama de *saber*. Esses elementos compõem a estratégia do processo educativo que pode ser libertário ou não. Busca despertar no outro um potencial de interpretação da realidade e a capacidade de construir e reconstruí-la. Parte da realidade dos trabalhadores, pensando na liberdade como objetivo último e tem por princípio a educação enquanto eixo fundamental da construção do conhecimento, pois ele acreditava ser instrumento de luta, não só de transmissão de conhecimento, portanto, Freire caracteriza a educação enquanto um movimento, que se materializa nas relações dialógicas e não hierárquicas.

É nessa perspectiva que dialogamos com o capítulo anterior deste estudo, posto que o saber colocado por Freire é construído a partir de vivências e significados compartilhados em um determinado meio social, desta maneira, seu método consiste em conhecer o indivíduo a partir de sua cultura, visando compreendê-lo em sua totalidade.

O Serviço Social, como já visto, é uma profissão de caráter interventivo na realidade e que atua nas expressões da questão social. A/O assistente social tem o compromisso de ter uma práxis de acordo com os princípios do Projeto Ético-Político da profissão, como a liberdade, justiça social, democracia, dentre outros. O Hip Hop por sua vez, é um movimento cultural que está em consonância com os movimentos sociais e integra o movimento negro em seu aspecto social e político. As suas

expressões se tornam facilitadores de oficinas e outros instrumentos voltadas para o território periférico, considerando que a maior parte da população ali moradora é negra.

A partir disso podemos pensar onde o Serviço Social e o Hip Hop se encontram a partir desse diálogo com o método Freire e o processo de humanização da pessoa negra, na perspectiva de Natalino, que apresenta um caráter duplo e não podem ser alcançados de maneira individual ou particularizada, no entanto a construção de uma consciência racial crítica implica na superação da condição de alienação racial.

É importante a reflexão acerca do compromisso da/o assistente social com uma nova ordem societária justa e igualitária, assim como a compreensão de que este movimento não se concretiza somente a partir de uma categoria profissional, mas é uma ação coletiva e transformadora que se inicia com um movimento articulado e organizado pela classe popular e para todos. Este mesmo compromisso entrelaça o Serviço Social aos movimentos sociais e culturais, uma vez que são organizações sociais que lutam e resistem visando um caminho cujas relações não sejam atravessadas por opressões historicamente estruturais. Em outras linhas, uma práxis transformadora que parte da realidade daquele que aprende, pois não só desvenda a realidade como também a transforma.

3.2 O Serviço Social e o Hip Hop

A/O assistente social, desta forma é o sujeito educadora devido à essência de sua práxis pedagógica, devemos, então, nos desapegar da relação “sujeito-objeto”, já que esta supõe que aquele que ensina é aquele que detém o saber, transformando o outro em objeto de intervenção e desconsiderando sua trajetória e conhecimento (SCHEFFER, CLOSS e ZACARIAS, 2021).

O pedagogo e filósofo Freire (1967) afirma que a *alfabetização* começa com a investigação do universo cultural das palavras geradoras dos educandos. O processo educativo inicia do local onde eles estão inseridos e através de um levantamento do universo temático através do diálogo, suas falas desvendam o mundo e nelas contém os temas geradores, processo caracterizado como um estudo da realidade. As palavras geradoras carregam muitos significados na sua ontologia, como favela: moradia, transporte, alimentação; opressões: racismo, gênero, classe, violência; cultura: música, roda, poesia; trabalho: enxada, suor, máquina.

A construção das palavras geradoras é muito importante para que o educador adentre na realidade do educando, pois estão postas enquanto norteadoras de diversas realidades e é a partir delas que se tem a oportunidade de adentrar mais no mundo dos educandos. As palavras nos mostram por qual caminho seguir, demonstram as fragilidades do cotidiano e a necessidade de se atualizar sobre as sociabilidades existentes nos grupos que estamos lidando.

Assim como as palavras, a escuta proporciona devolver aos educandos indagações acerca de seus pensamentos sobre a realidade, de maneira que o pensamento crítico, inerente ao ser social, seja potencializado. Pensando todo este movimento pautado em discussões que trazem como perspectiva a emancipação desta sociedade, logo, a dignidade humana.

Com isso, é referido o caráter educativo do movimento hip hop, que será tratado a partir das seguintes dimensões sugeridas por Almeida (2009): da construção da cidadania, da cultura política, da configuração do cenário sociopolítico e econômico, da

subjetividade e da organização política. Considerando-se que a cidadania se refere ao campo da construção de direitos e da produção da democracia, sua ampliação necessita do processo de transformação das relações sociais, o que pode ocorrer por meio de práticas educativas que promovam o deslocamento dos lugares definidos social e culturalmente para determinados grupos destituídos de participação na dinâmica social.

O caráter educativo, portanto, insere-se no processo de aprendizagem de formação cidadã, sobretudo na construção de sujeitos criativos diante de suas realidades sociais, os quais têm a mudança social como o norte de suas práticas educativas. Por contemplar todas as dimensões acima citadas, observa-se que essas práticas acionam processos de conscientização para o agir coletivo, de (re)construção de concepções sobre o mundo e de investimento na formação do ser humano, preparando-o para o enfrentamento político das adversidades da vida.

Ramos considera que “sem consciência crítica, o ser humano ou grupo social é coisa, é matéria bruta do acontecer”. Daí a importância de entender a conscientização “como processo de dinamização das consciências, o desenvolvimento crítico da tomada de consciência”. Em se tratando de interpretar saberes de libertação e emancipatórios, no campo da luta antirracista, o termo conscientização é também apropriado pelo movimento negro, no sentido de promover a consciência racial crítica (RAMOS, 1965, p. 61 *apud* SILVA, 2020, p. 6).

Essa educação estimula a presença das classes sociais na luta pela transformação democrática no sentido da superação das injustiças sociais, objetivo este que se aproxima com o Código de Ética do Assistente Social, sobre os deveres do profissional nas suas relações com os usuários: contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; (CFESS, 1993, art 5, alínea a).

E ainda, é previsto nos direitos da/o profissional frente às relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil: apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação

e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania (CFESS, 1993, art. 12, alínea b).

De acordo com a definição de Martinelli e Moraes (2012), a/o assistente social tem condições de planejar sua atuação de maneira prática e de acordo com o projeto ético-político, ou seja, uma atuação voltada para a transformação da realidade social. Desenvolve sua práxis na mediação das expressões do embate capital e trabalho, ou seja, nas desigualdades que sustentam a exploração da classe trabalhadora que o profissional intervém, atuação que é alinhada com os movimentos sociais, previsto no código de ética da profissão.

Desta forma, fica evidenciado não somente o ponto de encontro entre o Serviço Social e o Hip Hop nesse processo de humanização da pessoa negra, mas também a importância da categoria profissional se alinhar com este movimento político-cultural em específico, afinal ambos buscam alcançar uma sociedade livre das opressões através da construção de indivíduos com consciência crítica e a superação da alienação racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As amarras institucionais cotidianas muitas vezes dificultam o primeiro passo da/o assistente social para uma atuação socioeducativa, sendo frequente o uso de práticas verticalizadas e engessadas que são contrárias à superação das desigualdades estruturais. Partindo dessa reflexão, compreendemos que através da cultura a/o assistente social pode qualificar sua atuação principalmente nos territórios periféricos.

Entendendo que nenhuma categoria profissional fará a transformação da realidade, pois esse movimento deve ser propósito da classe trabalhadora, já que pressupõe uma participação ativa, o Serviço Social pode se apropriar da educação popular e sua metodologia para contribuir com esse processo, transformando o trabalhador social em agente de sua própria emancipação e materializando a profissão e sua condição de ser instrumento para esse movimento, através de uma prática que é produto das relações sociais e reproduza e transpareça os compromissos profissionais.

É a partir desse compromisso que podemos utilizar dos espaços, das expressões e das pautas políticas que o Hip Hop está inserido para pensar e realizar uma atuação voltada para o fortalecimento dos movimentos sociais e para a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, bem como está descrito nos princípios do Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993).

Concluimos desta forma que é nos objetivos que ambos se entrelaçam e é na relação entre as metodologias da Educação Popular e a práxis profissional que se complementam, pois [...] o desenvolvimento da capacidade crítica das classes subalternizadas — a partir de categorias como diálogo, conscientização, práxis, participação, entre outras —, luta pelo protagonismo dos sujeitos sociais almejando a transformação social e ainda, ambas estimulam a luta coletiva pela emancipação humana e contribuem com uma práxis educativa do assistente social que trabalha com uma perspectiva de viabilização de direitos sociais.

Viva o Hip Hop. Viva o Rap Nacional.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denise Mesquita de Melo. Entre ações coletivas e subjetividade: o caráter educativo dos movimentos sociais EccoS Revista Científica, vol. 11, núm. 1, janeiro-junho, 2009, pp. 141-156 Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil

ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/219861675-Maria-margarida-de-andrade-introducao-a-metodologia-do-trabalho-cientifico-10-a-edicao.html>>. Acesso em: 09 jun 2022.

ARRUDA, Daniel Péricles. Cultura *Hip Hop* e Serviço Social: a arte como superação da invisibilidade social da juventude periférica. R. Katál., Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 111-121, jan./abr. 2020 ISSN 1982-0259

BARBOSA, Prof Cícero. Stuart Hall e Identidade Cultural. Youtube, 2021.

BARRETO, S. G. P. Hip-hop na Região Metropolitana de Recife. 2004. 188 fl. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Contribuições históricas do Movimento Hip Hop para a luta contra o racismo e para a comunicação da juventude negra e periférica. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2008.

BATISTA, Waleska Miguel; MASTRODI, Josué. “Dos fundamentos extraeconômicos do racismo no Brasil”. Revista Direito e Práxis, Ahead of print, 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/30077>>. Acesso em: 24 ago. de 2022

BONFIM, Manoel. O Brasil Nação: Realidade da soberania brasileira. 2ª edição, 1996.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.

BRASÍLIA: Conselho Federal de Serviço Social, 1993. _____. Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social, com alteração introduzida pela Lei 12.3317, de 26 de agosto de 2010.

COSTA, Lucas Kaiser, FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon Picoretti. A contribuição do movimento *hip-hop* no processo de valorização da cultura produzida na periferia. Quaestio Iuris, vol. 12, nº 4, Rio de Janeiro, 2019, pp. 562 - 589.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF, out de 2004

DJONGA. NÓS. Belo Horizonte, Minas Gerais. Ceia Ent: 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VO0f5Q99BD8>> . Acesso em 12 out 2022

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave; VALENTE, Joana Santana; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. ELEMENTOS PARA O DEBATE CONTEMPORÂNEO DA “QUESTÃO SOCIAL”: a importância de seus fundamentos Revista de Políticas Públicas, vol. 11, núm. 2, julho-dezembro, 2007, pp. 237-254 Universidade Federal do Maranhão São Luís, Maranhão, Brasil.

HALL, Stuart. Cultura e Representação / Stuart Hall; Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira - Rio de Janeiro : ED. PUC-Rio : Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. 8 ed, São Paulo:Cortez, 2005

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 380 p.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Brasília, Brasil, 2014.

JUNIOR, Miguel Archanjo de Freitas; PERUCELLI, Tatiane. CULTURA E IDENTIDADE: compreendendo o processo de construção/desconstrução do conceito de identidade cultural. Cadernos de estudos culturais, Campo Grande, MS, v. 2, p. 111-133, jul./dez. 2019.

LIGHTMAN, B. A Companion to the history of science. John Wiley & Sons Ltda, 2016.

LIMA, R. André. A lei geral da acumulação capitalista e as crises cíclicas. Leituras de economia política. Campinas. 2010

MACHADO, A. M. Batista, SILVA, A. Melo da, TOLENTINO, G. M. Pereira. Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980 - 2010). Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 134, p. 70-87, jan./abr. 2019.

MACHADO, A. M. Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/TH9cGgxp9ZY9gnQskY5wRXH/?format=pdf&lang=pt>>
. Acesso em: 04 ago 22

MANOEL, Diogo Silva. Música para historiadores: [re] pensando canção popular como documento e fonte histórica. In: XIX Encontro Regional de História Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho. Juiz de Fora: Anais do XIX ERH (ANPUH-MG), 2014. p. 1-10

MCLUHAN, Herbert Marshall. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO EXTENSÕES DO HOMEM.

MELO NETO, J. F. Extensão universitária, autogestão e educação popular. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004

MENEZES, J. de Araújo, COSTA, M. Maria, FERREIRA, D. de Farias Tavares. Escola e movimento *hip hop*: o campo das possibilidades educativas para a juventude. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.12, n.esp., p.83-106, set. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em:
<http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em: 09 jun 2022.

MORAES, Josiane, MARTINELLI, M. Lucia. A importância da categoria mediação para o Serviço Social. XX Seminário Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social, 2012.

MOREIRA, Tatiana Aparecida. Cultura: entre a arena de luta e o movimento Hip Hop. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 1-17, maio, junho, julho e agosto de 2018.

MUNANGA, Kabengele. UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RAÇA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03

NAPOLITANO, M. História & Música: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

NARCIZO, Elaine Cristina. Serviço Social, movimentos sociais e arte: uma proposta para afirmação do projeto ético-político da profissão. VIII Seminário de Saúde do Trabalhador (em continuidade ao VII Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca) e VI Seminário “O Trabalho em Debate”. UNESP/ USP/STICF/CNTI/UFSC, 25 a 27 de setembro de 2012 – UNESP- Franca/SP

NASCIMENTO, Abdias do. NASCIMENTO, Elisa Larkin. Enfrentando os termos: O significado de raça, racismo e discriminação racial. Revista para além do racismo: Abraçando um futuro interdependente. Estados Unidos, Brasil e África do Sul, jan. de 2000.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “questão social”. Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em serviço social – ABEPSS. Brasília: Ano II , nº3 – Janeiro a Junho de 2001.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social .(2011). UFRJ: Serviço Social, impressão eletrônica. Disponível em:
<<https://pt.scribd.com/doc/60464122/Introducao-ao-metodo-da-teoria-social-Jose-Paulo-Netto>> .Acesso em: 09 jun. 2022

PANTA, Mariana; PALLISSER, Nikolas. "Identidade nacional brasileira" versus "identidade negra": reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. Revista Espaço Acadêmico, n. 195, agosto/2017.

PEREIRA, Bruno César. "Ae Irmão, Quer Saber do Nosso Dia a Dia? Cola na Esquina da Periferia" : Reflexões Sobre o Movimento Hip-Hop e a Formação Identitária de Sujeito Periférico no Extremo-Leste Orlandino (1990-2010). História e Cultura . Artigos Livres e Resenhas. v.10, n. 1, jul/2021 | ISSN: 2238-6270

PINHEIRO, Barbara Carine Soares, BRITO-ALVES, Alan, ROSA, Katemari. Pós-verdade para quem? Fatos produzidos por uma ciência racista. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, vol. 37, n. 3. Salvador, Bahia, Brasil, dez. de 2020.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NUM QUILOMBO PELO VIÉS DA HISTÓRIA ORAL. Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, jan. 2003.

REIS, Priscila Duarte dos et alli. Criminalização Negra no Brasil: reflexões a partir das práticas Jovem. PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói/RJ, Ano 12, n. 22, p. 305-327, mar. 2022

RIMAS & MELODIAS. Coroação. São Paulo, São Paulo. Red Bull Studios, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3sk3ltvWD4E>>. Acesso em 12 out 2022.

SABER cotidiano. Cultura, identidade e representação, por Stuart Hall. Youtube, 2020.

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaissa; ZACARIAS, Inez. Serviço Social e Paulo Freire: Diálogos sobre Educação Popular. Editora CRV. 2021

SILVA, Natalino Neves da. Educação Popular Negra: breves notas de um conceito. Educação em perspectiva, Viçosa/MG, vol. 11, p.1-15, nov. 2020.

SILVA, Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Quem precisa de identidade? Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOUSA, Rafael Lopes de. O movimento hip hop: a anti-cordialidade da “República dos manos” e a estética da violência. 2009. 243 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: SERVIÇO Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>>. Acesso em: 09 jun 2022